

CARTA À FRENTE PARLEMANTAR DA SAÚDE – 05/12/06

Prezadas Senhoras e Senhores:

Considerando a importância da reunião no próximo dia 5 de dezembro com parlamentares que integram a Frente Parlamentar da Saúde solicitamos uma alteração da pauta, tendo em vista as proposições aprovadas pela Abrasco e Cebes no Encontro Nacional de Conjuntura realizado em 1 de dezembro no Rio de Janeiro. Nesta ocasião o debate sobre a retomada do projeto de Reforma Sanitária desdobrou-se na sistematização de uma agenda de temas prioritários à garantia do direito a saúde tais como:

- 1) a inserção da política de saúde numa perspectiva de desenvolvimento econômico e social voltado à diminuição das desigualdades; a Reforma Sanitária implica a garantia e democratização do acesso universal aos cuidados e serviços de saúde humanizados e de qualidade;
- 2) a necessidade de uma Reforma Política ampla incidente sobre formas, conteúdos de exercício do poder material e simbólico e portanto sobre as formas de representação de interesses particulares em detrimento das necessidades de saúde, nos Poderes Executivo Legislativo;
- 3) o acionamento de dispositivos para assegurar uma Ética Pública plasmada na transparência do uso de recursos responsabilização, autonomia e profissionalização da gestão das instituições de saúde.

Baseados nessas premissas, pretendemos nos somar a outros movimentos sociais, instituições de ensino e pesquisa, partidos políticos, parlamentares e integrantes dos Poderes Executivo e Judiciário para:

- 1) reduzir as brutais transferências de recursos envolvidas com o superávit primário, os altos juros e a Desvinculação de Receitas da União para recompor um orçamento público compatível com a transformação dos direitos enunciados de seguridade social, entre os quais o de saúde em direitos efetivos;
- 2) incrementar os investimentos em saúde, desde aqueles referidos ao complexo industrial da saúde que contribuam para alavancar projetos estruturantes de ampliação do direito à saúde, passando pela institucionalização de relações dignas de contratação dos trabalhadores da saúde até a reforma das formas de gestão e responsabilização pela execução das ações de saúde, ampliação da capacidade instalada dos estabelecimentos públicos de saúde e a regulamentação e cumprimento da EC 29;
- 3) convocar a I Conferência Nacional de Seguridade Social integrando entidades e órgãos governamentais relacionados direta e indiretamente com Previdência, Saúde e Assistência Social;

- 4) rever os valores que presidem as relações dos trabalhadores entre si, usuários e fornecedores de bens e serviços às instituições públicas e implementar dispositivos normativos para lograr uma Ética Pública que se coadune com a democratização dos direitos de cidadania no âmbito dos direitos sociais envolvendo a transparência e o controle dos recursos públicos;
- 5) participar do debate e mobilização em torno da necessidade de uma ampla Reforma Política que reveja não apenas as estruturas de poder afetas à comunicação e difusão de informações mas também aquelas conseqüentes às distorções nas relações entre Executivo, Legislativo, mercado como ocorre com a inadequação e corrupção que circundaram as Emendas Parlamentares da saúde e partidarização dos quadros dirigentes e técnicos das instituições públicas de saúde e ainda com a não observância do fortalecimento da organização e respeito às decisões das instâncias de controle e participação social.

Tendo em vista a premência de buscar o diálogo com o governo que, nesse momento, busca estabelecer alianças e traduzir compromissos de campanha em proposições programáticas sugerimos solicitar uma reunião da Frente Parlamentar da Saúde e das entidades do Fórum da Reforma Sanitária com o Ministro Tarso Genro para apresentar essas linhas de atuação e cotejá-las com as perspectivas governamentais. Nesse sentido, e considerando ainda que nos parece inadequado estabelecer um termo formal de cooperação entre a Frente Parlamentar da Saúde e as entidades que subscrevem esta mensagem, uma vez que nossas excelentes e proficuas relações pautam-se pela flexibilidade, autonomia e respeito às diferenças políticas, sugerimos que, em nossa próxima reunião nos concentremos em torno da organização e convocação de uma reunião com os atuais articuladores políticos do governo que se inicia e da elaboração de uma agenda de trabalho para 2007.

Abraços,

Antonio Ivo de Carvalho, Diretor da Escola Nacional de Saúde Pública
José da Rocha Carneiro, Presidente da Abrasco
Nelson Rodrigues dos Santos, Diretor do Cebes
Sonia Maria Teixeira Fleury, Presidente do Cebes